

----- **ACTA N.º 19/2009** -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e nove, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por motivos de saúde, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, passando de imediato à apreciação da ordem de trabalhos. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, disse que uma vez que esta reunião é a última na qual irá estar presente, até às eleições, dado ausentar-se a partir de 1 de Outubro de 2009, para participar na campanha eleitoral, quis dirigir algumas palavras sobre o exercício deste Executivo, durante o presente mandato. -----

-----Começou por dizer que chegados ao fim deste mandato, congratula-se pela postura dos Vereadores da Oposição, que ao longo destes quatro anos exerceram uma oposição construtiva a favor do desenvolvimento do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Realçou que o PSD esteve bem representado por estes dois Vereadores, pela “política” que fizeram por este Executivo, que no fundo foi um Executivo pleno, de cinco elementos e, enquanto, Vice-Presidente agradece a postura e as intervenções, colocando os interesses do concelho de Celorico da Beira acima de qualquer outro.-----

-----Acrescentou que a política em Celorico da Beira teve nestes dois homens um bom exemplo, que se reflecta naqueles que venham a ocupar estes lugares no futuro. -----

-----Agradeceu aos funcionários que estiveram com o Executivo nas reuniões, para prestar esclarecimentos, bem como ao Gabinete de Actas pelo empenho e profissionalismo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZASSEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número dezoito, da reunião ordinária do Executivo de dezasseis de Setembro de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**II - ISENÇÃO DA TAXA DE CONSUMO DE ÁGUA**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi presente uma proposta relativa à isenção da taxa de consumo de água, referindo que no seguimento da deliberação da Câmara Municipal na reunião de 19 de Maio de 2009, foi presente, pelo Senhor João da Silva, requerimento a solicitar isenção da taxa de consumo de água, como contrapartida pelo fornecimento de água à

freguesia do Maçal do Chão, proveniente de uma mina, de que é proprietário.-----

-----Atenta a enorme importância desta permuta para minimizar os efeitos da falta de água, nessa freguesia, nomeadamente no período de maior consumo, propõe a aprovação da solicitada isenção. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que tal como havia dito aquando da aprovação de uma situação idêntica entende que a cedência de água não tem que ser compensada, por se tratar de um bem público e que deve ser usado por todos, sem restrições, nesta óptica irá abster-se na votação. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que tinha votado favoravelmente a isenção de água no caso da cedência do proprietário do restaurante Barrocas, por considerar que a atitude em si era de louvar, como tal iria proceder da mesma forma para com este pedido. No entanto, alertou para o facto de ser feito um controle apertado do período de isenção, porque no caso anterior ultrapassou o que havia sido deliberado em reunião do Executivo. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que se trata de um munícipe que tem água de sobra na sua propriedade e que o facto de se ter disponibilizado para ajudar a restante freguesia significa que está atento aos problemas dos munícipes e nessa perspectiva a autarquia considera ser de contribuir e isentar o Senhor João da Silva, do pagamento de água, até 5m³, pelo período de 1 ano a contar da data da presente deliberação. ---

-----**A Câmara deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador Rui Correia, a proposta do Senhor Vice-Presidente e isentar do pagamento de água até 5m³, durante um**

período de 1 ano, o Senhor João da Silva, da freguesia de Maçã do Chão, contribuinte n.º 127221638. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----III - GABINETE JURÍDICO-----

-----ASSUNTO: CANCELAMENTO DAS DESCRIÇÕES/LOTEAMENTO ALVARÁ N.º 2/2007 -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 24/09/2009, referindo que, neste momento para celebrar a escritura pública de dação em cumprimento porque há urgência, os lotes 3, 4, 19 e 23 por não existir descrição dos mesmos na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira não serão integrados na escritura de dação a celebrar. ----

-----Assim, deve deliberar-se que os lotes 3, 4, 19 e 23 do loteamento com o alvará n.º 2/2007, não serão integrados na escritura pública de dação em cumprimento a celebrar com o promotor do loteamento Sr. José do Espírito Santo, mas em data posterior. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que uma vez mais esta situação resulta muito pouco clara, questionando qual será o destino final destes lotes, se irão reverter novamente a favor do loteador. -----

-----Levantou ainda algumas dúvidas sobre o facto de a autarquia ainda não ter a escritura feita, mas no entanto estar a promover obras no local. ----

-----Por último disse que se iria abster, dada a urgência para a autarquia em celebrar a escritura, caso contrário votaria contra.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar que os lotes 3, 4, 19 e 23, do loteamento com o alvará n.º 2/2007, não serão integrados na escritura pública de dação em cumprimento a celebrar com o promotor do loteamento Sr. José do Espírito Santo.-----

-----Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Graça Silva e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----IV - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE CONTRATO A TERMO CERTO -----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 23/09/2009, referindo que uma vez que existe actualmente um posto de trabalho ocupado por pessoal contratado a termo certo que atingiu os seis anos de contratação, colocou-se a questão se, até ao preenchimento do mesmo através dos Procedimentos Concursais que estão a decorrer nos termos do artigo 14.º do preâmbulo da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, seria possível renovar o mesmo. -----

-----Apesar de o referido artigo 14.º possibilitar a renovação excepcional dos contratos a termo certo que se encontravam em execução a 01.01.2009 e cuja duração fosse superior a 2 anos, apurou-se, após análise do mesmo, que este já fora renovado no ano de 2006 por um regime excepcional, facto que suscita muitas dúvidas quanto à aplicabilidade novamente de um regime excepcional. -----

-----Face ao acima exposto vêm por este meio recordar que é necessário preencher a lacuna temporária que se vai sentir nos serviços deste Município pela ausência de preenchimento deste posto de trabalho o qual se encontra afecto à Secção de Obras Particulares. -----

-----Mais informam que a única possibilidade legal de preencher esta lacuna temporariamente será através da realização de um contrato de

avença o qual nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 depende de decisão favorável do executivo. -----

-----**Nos termos do art. 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Câmara deliberou autorizar a realização de um contrato de avença.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**-----

-----Foi novamente presente informação interna n.º 103, datada de 03/09/2009, da Secção de Recursos Humanos, referindo que na sequência do questionário enviado por este Município e outras 699 entidades públicas, informam que o Conselho de Prevenção da Corrupção emitiu uma recomendação no sentido de todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos elaborarem planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas os quais devem conter: -----

-----a) Identificação por áreas e departamentos, dos riscos de corrupção e infracções conexas;-----

-----b) Indicação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência tais como mecanismos de controlo interno, segregação de funções, etc; -----

-----c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direcção do Sr. Presidente; -----

-----d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano. -----

-----O plano a elaborar por este Município e os seus relatórios anuais devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como, aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. Sugerindo ainda, que seja nomeada uma equipa de trabalho multidisciplinar para a elaboração dos mesmos. -----

-----A Câmara deliberou nomear uma equipa multidisciplinar, para elaboração dos relatórios anuais, a remeter ao Conselho de Prevenção da Corrupção, constituída pelos seguintes elementos: -----

-----Dr. José Tavares (Secção de Contabilidade); -----

-----Eng.^a Cristina Martins (Obras Municipais e Particulares); -----

-----Revisor Oficial de Contas. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ (ALVARÁ N.º 2/93) - ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 24/09/2009, com o seguinte teor:-----

-----“Foi solicitado através do requerimento com registo de entrada n.º 615 de 05 de Agosto de 2009 a alteração à Licença da Operação de Loteamento supramencionada. -----

-----Nos termos do n.º 2, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a actual redacção e após ter sido dado cumprimento ao n.º 3 do já referido artigo, nos termos indicados no Parecer Jurídico constante da informação de 25/02/2009, a alteração da Licença da Operação de Loteamento foi precedida de discussão pública sem ter havido qualquer oposição escrita de qualquer proprietário dos lotes constantes do alvará. -----

-----O n.º 7 do artigo 27.º do já referido Decreto-Lei determina que a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, que, no caso da Operação de Loteamento, deve ser comunicado oficiosamente à Conservatória do Registo Predial competente, para efeitos de averbamento. -----

-----Não tendo havido quaisquer reclamações, observações, não havendo aumento do número de fogos ou alteração dos parâmetros

urbanísticos constantes dos PMOT e sendo a intervenção de pouca relevância no âmbito da Operação de Loteamento, proponho deferimento à aprovação da pretensão do requerente, devendo, no entanto, constar no Alvará apenas Habitação, Comércio e Serviços, uma vez que Estabelecimentos de Restauração e Bebidas se inserem nos usos atrás referidos, apesar de, no âmbito do Licenciamento de Obras Particulares estar a ser solicitado que conste no Alvará de Loteamento “Estabelecimentos de Restauração e Bebidas”, situação com a qual não concordo.-----

-----Proponho que no Título (Alvará de Loteamento) conste Habitação, Comércio e Serviços. -----

-----Acrescento ainda que no âmbito do Licenciamento de Obras Particulares foi ainda referido que seria solicitado à requerente, autorização do Condomínio para instalação do comércio, que eu entendo que sai fora do âmbito das competências da Câmara Municipal, cabendo apenas a sua solicitação à entidade que emitir o Título relativo à propriedade horizontal.” -

-----**Atendo ao exposto na informação técnica, a Câmara deliberou indeferir a pretensão do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E OUTRAS VALÊNCIAS ADJACENTES DO CLUB DESPORTIVO RECREATIVO CULTURAL DE AÇORES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente contrato programa, em nome do Clube Desportivo Recreativa Cultural de Açores, referindo que no seguimento do contrato programa – Medida 1 – Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas – 4.ª Fase, “Requalificação dos Balneários e outras Valências adjacentes do Club Desportivo Recreativo Cultural de Açores, assinado entre a referida Associação e o Instituto de Desporto de Portugal, IP, com o custo de referência de 17.127,50€ e com uma comparticipação total de 9.000€ -----

-----Solicitam um subsídio no valor de 8.127,50€ (valor não participado), para a conclusão da referida obra, uma vez que não dispõem de fundos suficientes para cumprir o respectivo contrato. -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 8.127,50€ (oito mil cento e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), ao Club Desportivo Recreativo Cultural de Açores, para o pagamento de despesas corpóreas, sendo apresentado o título da dívida e reconhecido pelo Departamento de Obras Municipais.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VII - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 22/09/2009, dando conhecimento de que foi requerido, por diversos munícipes apoio, para as medidas de acção social escolar para o ano lectivo 2009/2010. -----

----- Mais informam que de acordo com o despacho n.º 18987/2009, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Assim, os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família. -----

-----Tendo por referência o artigo 8.º, n.º 6 do despacho n.º 18987/2009, apurou-se que situação socioeconómica de três agregados familiares se alterou, passando os mesmos a beneficiar do escalão 1, para efeitos de atribuição de auxílios económicos. -----

-----Face ao exposto, propõem o deferimento dos processos, em listagem em anexo, nos respectivos escalões indicados, bem como estabelecer a data limite de apresentação das solicitações até ao dia 30 de Setembro de 2009. -----

-----A Câmara deliberou deferir os processos constantes da lista em anexo (anexo I), nos respectivos escalões e estipulou como limite para a apresentação das solicitações o dia 30 de Setembro de 2009. ----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social datada de 23 de Setembro de 2009, dando conhecimento que o despacho conjunto n.º 300/97 determina as normas reguladoras das comparticipações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimento de educação pré-escolar. Sendo que no n.º 1, do artigo n.º 3, são definidos os escalões. -----

-----Em função da necessidade da estrita cobertura dos custos dos serviços de apoio à família e no limite do valor da comparticipação familiar máxima, propõem que sejam estabelecidos ajustes nas comparticipações familiares, para que seja assegurada a satisfação das necessidades dos agregados familiares economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.-----

-----Assim propõem:-----

Escalão de Enquadramento	APOIO DE COMPARTICIPAÇÃO PROPOSTO	
	Custo de refeição/dia	Prolongamento de horário/mês
1.º	1,25€	20,52€
2.º	1,30€	20,52€
3.º	1,35€	20,52€

-----Os alunos integrados nos escalões, 1.º e 2.º que usufruam de transporte escolar terão a sua comparticipação acrescida de um valor de 5,00€, os alunos com o escalão 3.º que usufruam de transporte escolar terão a sua comparticipação acrescida de um valor de 10,00€-----

-----Os processos de crianças integradas em valência de creche serão analisados com base no Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família. De acordo com o referido Regulamento os encargos com a habitação devem ser calculados até ao limite fixado pelo Ministério da Educação para auxílios económicos. Porém, no Despacho 18987/2009 o Ministério da Educação não prevê para o ano lectivo 2009/2010 um limite com encargos financeiros de habitação. Sendo que o último limite proposto pelo Ministério foi de 2.200,00€, somos a propor que para o corrente ano lectivo seja tido como limite de cálculo a quantia de 2.500€-----

-----Mais informam que os processos de crianças que frequentem o 1.º Ciclo e que usufruam apenas do fornecimento de refeição serão analisados de acordo com o Despacho 18987/2009, quando os alunos usufruam de ATL, os processos serão analisados com base no Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família. -----

-----**Face ao exposto na informação técnica a Câmara deliberou, para o ano lectivo de 2009/2010, que:**-----

-----**Para a valência Creche, o limite de cálculo para encargos financeiros seja a quantia de 2.500€;**-----

-----**No Pré-Escolar a análise dos processos seja de acordo com os escalões propostos;**-----

-----**No 1.º Ciclo os processos dos alunos que pretendam apenas usufruir de refeições serão analisados de acordo com o Despacho 18987/2009, bem como que os processos dos alunos que frequentam a valência ATL sejam analisados com base no Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: BOLSAS DE ESTUDO 2009/2010**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte

e três de Setembro, de dois mil e nove, referindo que após a abertura do concurso para a concessão de Bolsas de Estudo através do Edital n.º 96/2009, de 27 de Agosto de dois mil e nove, deram entradas na Câmara Municipal seis processos de candidatura.-----

-----Mais informam que o processo de candidatura do aluno Marco Paulo Diogo da Fonseca ficou condicionado, uma vez que o mesmo ainda não procedeu à entrega do curriculum vitae, bem como ao comprovativo em como não recebe qualquer tipo de bolsa proveniente do Programa ERAMUS, que se encontra a frequentar desde 24 de Setembro de 2009.----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber se a publicitação das bolsas tinha sido feita, porque perante número de concorrentes leva a crer que os alunos não tiveram acesso à informação, uma vez que concorreram em número inferior às vagas apresentadas. Frisou que a sua perplexidade se fica a dever ao facto de ter conhecimento que existe um número significativo de jovens a frequentar o ensino superior com carências, neste Concelho.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que a publicitação foi feita por edital e cumpriu todos os formalismos exigidos no respectivo regulamento, no entanto efectivamente existe um constante desinteresse dos jovens por este processo.-----

-----**Após análise das candidaturas apresentadas, a Câmara deliberou, atribuir as bolsas de estudo para o ano lectivo 2009/2010, aos alunos Fábio Ricardo Queiriz Gonçalves, Ana Luísa Caetano dos Santos, Inês Conceição Caetano dos Santos, Daniela Filipa Valente Sebastião e Cristina Ferreira Fino.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**VIII - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE DOIS SINAIS DE TRAVESSIA DE ANIMAIS**-----

-----**Requerente: José Carlos Carvalho Fernandes**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 171/2009, datada de 23 de Setembro de 2009, referindo que tendo esta autarquia recebido um ofício do Senhor José Carlos Carvalho Fernandes, solicitando a colocação de dois sinais de travessia de animais, na estrada Celorico da Beira/Vale de Azares, junto à Quinta da Parda, na freguesia de São Pedro. -----

-----Informa que após deslocação ao local verificou-se a necessidade de colocar dois sinais A19a.-----

-----Nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro é da competência Municipal deliberar sobre a sinalização nas vias públicas e sua jurisdição, assim caso seja aprovada a colocação dos mencionados sinais deverão os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.-----

-----**A Câmara deliberou proceder à colocação de dois sinais A19a, na estrada de Celorico da Beira/Vale de Azares, junto à quinta da Parda, devendo ficar os mesmos devidamente registados e cadastrados.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**IX - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----Foi presente requerimento n.º 771, datado de 24/09/2009, em nome de Manuel Ferreira Meia Onça, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Outeiro, freguesia de S. Pedro (Casas de Soeiro), inscrito sob o artigo matricial número 94, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não

ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1987. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1983. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente se refere foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**X - LISTAGEM DE FORNECEDORES INCLUÍDA NO PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS**-----

-----A Câmara deliberou que este assunto seja presente numa próxima reunião, uma vez que esta listagem é anexa aos contratos de empréstimo relativos ao programa de regularização extraordinária de dívidas do estado, cujas, cláusulas contratuais serão objecto de deliberação deste órgão. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezassete horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----